

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.219 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 12 DE DEZEMBRO DE 2000

Senado inicia hoje a discussão dos projetos que garantem o novo mínimo

Três propostas já aprovadas pela Câmara devem facilitar o combate aos sonegadores e propiciar aumento da arrecadação da União. Previsão é de que as matérias sejam votadas pelo Plenário ainda esta semana

UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO VAI A VOTAÇÃO

PÁGINA 3

Os três projetos de combate à sonegação apontados como fontes permanentes para assegurar o reajuste do salário mínimo começam a tramitar hoje em duas comissões do Senado e devem chegar ao Plenário até o final da semana.

PÁGINA 4



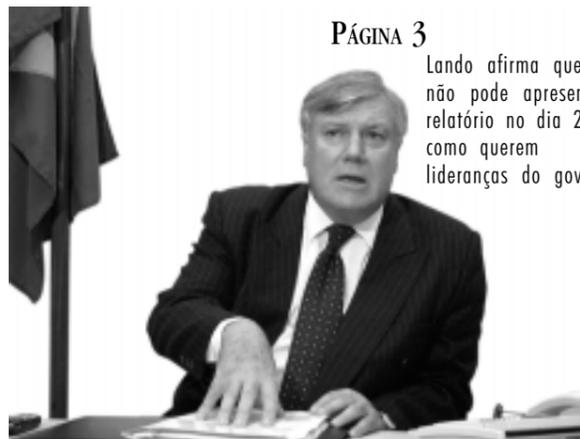
Plenário lembra centenário da fixação dos limites com a Guiana Francesa

PÁGINA 3

Congresso vota R\$ 27 bi de créditos orçamentários

O Congresso Nacional deve votar hoje 89 pedidos de créditos orçamentários no valor total de R\$ 26,8 bilhões. O relator do Orçamento para 2001, Amir Lando, afirmou ontem que, num "esforço enorme", poderia apresentar seu relatório no dia 28 deste mês.

PÁGINA 3



Lando afirma que não pode apresentar relatório no dia 22, como querem lideranças do governo

Saúde e segurança são temas de seminários

PÁGINA 6

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia (E), ao abrir a I Semana Interna de Engenharia de Segurança, Saúde e Higiene do Trabalho



Serra fala sobre importação de genéricos

PÁGINA 4

CE discute apoio a audiovisual

PÁGINA 2

TV Senado começa hoje a transmitir em canal aberto

Será inaugurado hoje o primeiro canal aberto da TV Senado. O canal 51 atenderá apenas o Distrito Federal, mas cerca de 500 municípios já manifestaram interesse pelo serviço.

PÁGINA 6

Júlio Eduardo pede que governo federal dê segurança ao governador do Acre

PÁGINA 8



Júlio Eduardo quer providências imediatas para proteger o governador



Jorge Viana, governador do Acre, recebe apoio de 25 entidades

CE examina reserva de mercado para o cinema nacional

Projeto de Arruda exige que cada sala exiba filmes brasileiros pelo menos 48 dias por ano

A Comissão de Educação (CE) vai apreciar hoje projeto do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que, segundo o autor, tem o objetivo de proteger o cinema brasileiro "do lixo cultural norte-americano presente na produção cinematográfica indiscriminadamente importada dos Estados Unidos". A proposta tem parecer favorável, com emendas, do senador José Fogaça (PMDB-RS).

O projeto determina que as salas de exibição deverão programar longa-metragens nacionais por pelo menos 48 dias ao ano, durante oito anos, até que se alcance o índice de 90 dias ao ano, durante dois anos. Trata também do mercado de vídeo, exigindo que pelo menos 15% do acervo das locadoras seja composto por filmes brasileiros. Nos dois últimos anos, dos dez de vigência da lei, a cota mínima de vídeos nacionais deve chegar a 30%.

—Urge consolidar o espaço para exibição e comercialização da filmografia nacional, assegurando seu direito de ocupação do mercado e diminuindo o impacto que o monopólio norte-americano tem causado em nossa produção cultural — afirma Arruda.

Outro projeto que a CE vai examinar é o que regulamenta a gestão democrática do ensino. Relatada favoravelmente por Fogaça, essa proposta, já aprovada pela Câmara, prevê a participação de representantes da comunidade local nos processos de decisão, planejamento, avaliação e implementação



Francelino Pereira é autor do relatório que a Subcomissão do Cinema Brasileiro votará hoje

das ações, em cada unidade de ensino.

Apesar de a Constituição estabelecer que o ensino público será norteado, dentre outros, pelo princípio da gestão democrática, diz a justificativa da proposta, o dispositivo, por não ser auto-aplicável, precisa ser regulamentado para deixar de ser apenas uma intenção.

Com parecer favorável de José Jorge (PFL-PE), a CE examina ainda projeto que aprova o Plano Nacional de Educação. Em seu artigo 3º, a proposta estabelece que o Poder Legislativo, por intermédio da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara e da Comissão de Educação do Senado, acompanhará a execução do PNE.

Também estão na pauta da reunião 15 projetos de decreto legislativo, que tratam da outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão.

Também estão na pauta da reunião 15 projetos de decreto legislativo, que tratam da outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão.

CINEMA

A Subcomissão do Cinema Brasileiro também realizará reunião hoje, após a Ordem do Dia, para votar o relatório final apresentado pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG).

O documento foi distribuído na última reunião da subcomissão. Entre as propostas, estão a transformação da subcomissão, que atualmente é temporária, em permanente e a cobrança de uma taxa pela exibição de produtos audiovisuais para um fundo de financiamento do cinema brasileiro.



TERÇA-FEIRA, 12 DE DEZEMBRO DE 2000

AGENDA

Presidente
Antonio Carlos Magalhães
11h — Participa da inauguração do Centro de Transmissão de Rádio e Televisão da Câmara e do Senado
14h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será destinada a comemorar o centenário do Laudo Arbitral do presidente da Confederação Suíça que fixou as fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa, pelo qual o Brasil incorporou definitivamente ao seu território cerca de 200 mil quilômetros quadrados

Pauta: PR nº 79/2000, altera a Resolução nº 78/98, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; PLC nº 80/96, que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e regularizá-los; PDL nº 40/2000, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos Regulares, celebrado entre o governo do Brasil e a Suíça; PDL nº 124/2000, que aprova o texto do acordo entre os governos do Brasil e do México de cooperação entre as academias diplomáticas de ambos os países; PDL nº 135/2000, que aprova o ato que outorga concessão à Rede União de Rádio e Televisão para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Fortaleza (CE); PDL nº 206/2000, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Cerqueirense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerqueira César (SP); PR nº 77/2000, que cria, no âmbito do Senado, a Universidade do Legislativo Brasileiro; Requerimento nº 588/2000, da Comissão de Educação, solicitando o sobrestamento da tramitação do PDL nº 18/2000, a fim de aguardar posicionamento do Poder Judiciário sobre a matéria; e Requerimento nº 589/2000, dos senadores Jefferson Péres e Nabor Júnior, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 44 e 45, de 2000, por regularem a mesma matéria.

19h — Reunião Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação de créditos suplementares. Plenário da Câmara dos Deputados

COMISSÕES

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: emenda da Câmara dos Deputados ao PLS nº 219/95-Complementar, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

1ª Parte

Pauta: PRs nºs 75 e 78, de 2000, que alteram a Resolução nº 78/98, do Senado, para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento dos serviços da dívida dos estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União; Mensagem nº 215/2000, que solicita ao Senado autorização para a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$ 19,1 milhões, de principal, entre o Brasil e o Hungarian Export-Import Bank, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Modernização de Laboratórios de Educação Profissional; turno suplementar de discussão do substitutivo elaborado ao PLS nº 601/99, que dispõe sobre a isenção de custos na emissão do CPF para desempregados e cidadãos de baixa renda; entre outros assuntos.

Pauta Extra

Ofício nº 61/2000, encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do estado do Rio de Janeiro para contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total de R\$ 222,8 milhões, destinada ao financiamento do Programa de Expansão e Recuperação do Metrô/RJ, com recursos do FAT; e PRS nº 74/2000, altera a Resolução nº 78/98, do Senado, para dispensar tratamento especial às operações de crédito realizadas por autarquias prestadoras de serviços de saneamento.

2ª Parte

Exposição do ministro da Saúde, José Serra, sobre a importação de medicamentos genéricos.

Após a Ordem do Dia

Pauta: PLC nº 112/2000, altera o art. 11 da Lei nº 9.311/96 (utilização pela Secretaria da Receita Federal de informações relativas à CPMF para verificação da existência e para o lançamento de crédito tributário); PLC nº 114/2000, altera dispositivos da Lei nº 5.172/66 — Código Tributário Nacional (incluindo dispositivos sobre as limitações de poder de tributar, critérios sobre extinção e suspensão de exigibilidade de crédito tributário e flexibilidade do sigilo fiscal); PLC nº 115/2000, que dispõe sobre a incidência da contribuição para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), nas operações de venda dos produtos que especifica; e PLC nº 116/2000, que prorroga o prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: votação de créditos suplementares. Plenário nº 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 118/2000, altera dispositivos da Lei nº 8.401/92, que dispõe sobre o controle de autenticidade de cópias de obras audiovisuais em videograma posta em comércio; PLS nº 448/99, altera o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.424/96, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 6º, parágrafo 7º, do Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias; Requerimento s/nº, da senadora Emilia Fernandes, solicitando a realização de audiência pública, a fim de instruir a apreciação e votação do PLC nº 42/2000, que aprova o Plano Nacional de Educação; PLC nº 42/2000, que aprova o Plano Nacional de Educação; PLC nº 52/97, regulamenta o inciso VI do artigo 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público; PLC nº 52/99, que institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional; emenda de plenário nº 2 ao PLC nº 52/97, altera dispositivos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e PDLs aprovando atos de renovação e outorga de concessão e permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagens que submetem à apreciação do Senado a escolha dos nomes de Jório Salgado Gama Filho, Helder Martins de Moraes, Oto Agripino Maia e Luiz Antônio Jardim Gagliardi para exercer ou acumular cargos diplomáticos no exterior; e PLS nº 292/99, que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo, entre outros assuntos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5

Após a Ordem do Dia — Subcomissão do Cinema Brasileiro

Pauta: votação do relatório final. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 83/2000, que autoriza o estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 69,6 milhões; PDL nº 131/2000, que aprova o texto do Protocolo de São Luiz sobre a Matéria de Responsabilidade Civil Emergente de Acidentes de Trânsito entre os Estados Partes do Mercosul; PDL nº 140/2000, que aprova o texto do Acordo entre os governos do Brasil e da República Cooperativista da Guiana sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico; e PDL nº 182/2000, que aprova o envio de um contingente de peritos eleitorais, oficiais militares de ligação e policiais militares, todos desarmados, os quais ficarão à disposição da Missão das Nações Unidas no Timor Leste (Uniamet).

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Eleição da Comissão Representativa do Congresso Nacional
Pauta: PDL nº 5/98, que aprova o texto do Tratado de Extradicação celebrado entre os governos do Brasil e da Coreia; PDL nº 183/2000, que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior; PDL nº 184/2000, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre os governos do Brasil e do Zimbábue; PDL nº 261/2000, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Centro Norte de Rádio e Difusão (ACCNR) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colider (MT); PDL nº 272/2000, que aprova o ato que autoriza a Associação de Monte Dourado da Amazônia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almeirim (PA); e PDL nº 273/2000, que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Vera Cruz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amapá (AP).

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: apreciação em turno suplementar do substitutivo ao PLS nº 75/2000, que dispõe sobre as relações de trabalho do treinador profissional de futebol, a fim de permitir ao jogador de futebol o exercício da profissão nas condições que especifica; PLS nº 225/2000, acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998/90, para conceder benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores que especifica, entre outros assuntos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

9h30 — CPl do Futebol

Pauta: depoimento de Ricardo Teixeira, presidente da CBF. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 112/2000, que estabelece hipóteses de cassação de registro de candidatura ou de perda de mandato; PLS nº 242/2000, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições; PLS nº 617/99, altera o caput do art. 2º do Decreto-Lei nº 9.760/45, atualizando o conceito de terrenos de marinha; PLS nº 654/99, que dispõe sobre encargos financeiros incidentes no crédito rural nas áreas da Sudam e da Sudene, entre outros assuntos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

Brasil 500



SENADO FEDERAL

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso vota hoje créditos de R\$ 27 bilhões

Estudo das assessorias de Orçamento da Câmara e do Senado indica que o Executivo está pedindo ao Legislativo para utilizar recursos da arrecadação extra, incluídos pelos parlamentares ao votar o Orçamento e cortados pelo governo

O Plenário do Congresso reúne-se às 19h de hoje para votar 89 pedidos de créditos orçamentários, no valor de R\$ 26,8 bilhões, destinados a centenas de órgãos do Executivo, do Congresso e dos tribunais federais. Do total, R\$ 15,9 bilhões são oriundos de excesso de arrecadação e de novos empréstimos, enquanto R\$ 10,9 bilhões provêm de remanejamentos de verbas dentro dos ministérios. O Ministério da Previdência e Assistência Social será o maior beneficiário, com verbas adicionais de R\$ 5,04 bilhões.

O dinheiro será usado pela máquina pública até o dia 31 deste mês e uma das maiores parcelas se destina ao pagamento de pessoal e encargos sociais (R\$ 4,7 bilhões). Os

gastos com amortização da dívida pública contarão com R\$ 5 bilhões e os investimentos de empresas estatais terão outros R\$ 6,4 bilhões.

As solicitações dos créditos chegaram ao Congresso em outubro passado, mas ainda não foram votadas por causa dos impasses que atrasaram as negociações do novo salário mínimo. O PT decidiu obstruir até a semana passada as votações dos novos créditos do governo até que fossem definidas as fontes de dinheiro para o novo mínimo, de R\$ 180, a partir de abril do próximo ano. Com as votações dos projetos que financiarão o novo salário mínimo, a pauta de votação foi desobstruída.

Conforme estudo feito pelas as-



Recursos a serem votados pelo Plenário do Congresso serão usados pela máquina pública até o dia 31 deste mês

essorias de Orçamento e Fiscalização da Câmara e do Senado, no fundo o Executivo está pedindo ao

Congresso para utilizar a arrecadação extra incluída pelos parlamentares ao votar o Orçamento deste

ano. Na época, o presidente da República, sob o argumento de que o Congresso havia reestimado de forma exagerada a previsão da arrecadação federal para 2000, fez grandes cortes no Orçamento aprovado pelos parlamentares. Conforme o estudo, houve até agora um excesso de arrecadação de exatamente R\$ 7,4 bilhões e o Congresso estava correto ao reestimar as receitas de impostos e contribuições para este ano.

Além do excesso de arrecadação, os novos créditos são abastecidos por dinheiro proveniente de operações de financiamento junto ao mercado e no exterior (R\$ 4,6 bilhões) e pelo superávit financeiro do Tesouro Nacional (R\$ 3,9 bilhões).

Plenário lembra fixação dos limites com a Guiana Francesa

O senador José Sarney (PMDB-AP) será o primeiro orador da homenagem que o Plenário realiza hoje pelo transcurso do centenário do Laudo Arbitral suíço que fixou os limites do Brasil com a Guiana Francesa. Foi o próprio Sarney quem apresentou o requerimento para celebrar esse laudo, que garantiu ao Brasil incorporar, na área do Amapá, mais de 200 mil quilômetros quadrados reivindicados pela França.

Sarney falará, sobretudo, do Barão do Rio Branco, definindo como verdadeiras aulas de história e diplomacia as postulações de sua autoria que garantiram esse reconhecimento internacional sobre a área. "São duas peças literárias da mais alta qualidade, em que os artifícios da retórica aliados à fineza de espírito e à concisão objetiva da linguagem e da argumentação produzem um texto de sabor inigualável", avalia ele.

Em seu discurso, Sarney falará da capacidade do Rio Branco para minar as argumentações da França sobre o direito à área e para lançar sus-

peitas sobre a acuidade dos conhecimentos geográficos utilizados pelos franceses. Dirá também que Rio Branco amparou seus argumentos em segura exposição geográfica, elaborando um detalhado ensaio sobre a superfície, em quilômetros quadrados, do território contestado.

Conforme Sarney, o que levou o Barão do Rio Branco a convencer o árbitro suíço a reconhecer como brasileiro esse território foi, além das provas avassaladoras, o estilo da linguagem com que organizou sua apresentação. Por isso, Sarney diz que a principal finalidade do seu discurso é provocar o desejo de ler esses textos.

O senador entende que o triunfo dessa reivindicação ficou perenizado, geograficamente, com a integração do Amapá ao Brasil e, historicamente, pela designação do Rio Branco para a chefia do Ministério das Relações Exteriores. Mas, na opinião de Sarney, as duas postulações serviram também para perenizar o Barão do ponto de vista literário.



Sarney exalta o papel do Barão do Rio Branco na solução da disputa com a Guiana Francesa

Senado examina projeto que cria Universidade do Legislativo

De iniciativa da Mesa do Senado, será votado hoje projeto de resolução que cria a Universidade do Legislativo Brasileiro, com o objetivo de promover a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Relator da matéria na Comissão de Educação, o senador José Fogaça (PMDB-RS) disse que a iniciativa é da maior importância e reflete o processo de modernização do Senado. Ele acrescentou que a instituição deverá promover cursos, ciclos de estudos e de debates, conferências e simpósios, além de desenvolver linhas de investigação científica.

Na mesma sessão, o Plenário vota projeto que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefei-



Fogaça, relator da proposta, disse que a Universidade do Legislativo reflete a modernização do Senado

to de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e a fazer constar desse lacre a data de engarrafamento e o peso. As empresas ficam também obrigadas a requalificar seus botijões a cada cinco anos e a fazer constar deles a

data da requalificação.

Em regime de urgência, o Senado vota projeto dos senadores Ricardo Santos (PSDB-ES) e Gerson Camata (PMDB-ES) alterando a Resolução 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, Distrito Federal, municípios, autarquias e fundações. O objetivo é permitir que a receita da antecipação de royalties possa também ser utilizada na amortização de dívidas com a União.

Também hoje, o Senado vota os textos do Acordo sobre Serviços Aéreos Regulares, celebrado entre o Brasil e a Suíça, e o acordo assinado entre o Brasil e o México para cooperação entre as academias diplomáticas de ambos os países.

Proposta de Patrocínio amplia informações sobre alimentos

Com o objetivo de garantir o acesso a alimentos saudáveis, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apresentou projeto de lei estabelecendo que os consumidores tenham informações adequadas e claras sobre quantidade, características, composição, qualidade, histórico da cadeia produtiva dos produtos alimentícios, preço e riscos que eles podem apresentar.

A proposta modifica o Código de Defesa do Consumidor em três de seus artigos, para neles incluir a exigência de prestação de informações acerca da cadeia produ-

tiva dos produtos alimentícios.

Conforme o senador, o respeito à garantia de consumir alimentos isentos de resíduos que prejudiquem a saúde é dado pelo cumprimento a três critérios inerentes ao conceito moderno de "segurança do alimento": a padronização, a certificação e a rastreabilidade.

Desses três critérios, o mais recente é o de rastreabilidade. A padronização assegura a equivalência e a estabilidade dos produtos e processos; a certificação garante que os produtos comercializa-



Patrocínio pretende obrigar fabricante a prestar informações sobre a cadeia produtiva

dos estão de acordo com normas preestabelecidas de quantidade; a rastreabilidade, por sua vez, é "a capacidade do produto de permitir o rastreamento do seu histórico, utilização ou localização por meios de identificação registrados", explicou o senador na justificativa de sua proposta.

Começa o exame dos projetos contra a sonegação

CCJ discute o substitutivo da Câmara à proposta que flexibiliza o sigilo bancário. CAE analisa punições para a elisão fiscal e a permissão de uso, em processos administrativos contra sonegadores, de dados de recolhimento da CPMF

Os três projetos já aprovados pela Câmara que deverão garantir o aumento para R\$ 180 do salário mínimo em 2001 começam a ser discutidos hoje pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE). Depois de passar pelas comissões, eles provavelmente serão apreciados ainda nesta semana pelo Plenário e, uma vez aprovados, encaminhados à sanção presidencial.

Em reunião extraordinária, prevista para as 10h, a CCJ analisará o substitutivo da Câmara ao projeto que flexibiliza o sigilo bancário. De acordo com o texto aprovado pelos deputados, a Justiça disporá do prazo de até seis dias para se pronunciar sobre pedidos feitos pela Receita de acesso a dados bancários de suspeitos de sonegação. Após a apresentação do requerimento, o juiz designado para o caso terá 72 horas para responder ao pedido; caso não o faça, o presidente do tribunal competente disporá de outros três dias para fazê-lo.

A proposta inicial sobre o tema, apresentada por Lúcio Alcântara



Agripino preside a CCJ, que aprecia pela manhã a flexibilização do sigilo bancário

(PSDB-CE) e aprovada pelo Senado, dava à Receita Federal acesso direto às movimentações bancárias de suspeitos de sonegação. A possibilidade foi eliminada pelos deputados, que preferiram estabelecer um prazo para que a Justiça se pronuncie.

Após a Ordem do Dia, a CAE discutirá o projeto que pune a elisão fiscal – uso abusivo de brechas da lei para reduzir o Imposto de Renda a pagar – e o que permite o uso pela Receita Federal, em processos administrativos contra sonegadores, de dados de recolhi-



Suassuna é o presidente da CAE, que debate à tarde elisão fiscal e processos contra sonegadores

mento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Eles serão relatados, respectivamente, pelos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e José Alencar (PMDB-MG).

Os três projetos deverão ser votados pelo Plenário do Senado nesta semana, conforme acordo firmado entre os líderes partidários. O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), informou na semana passada que, por acordo entre os líderes, as matérias não receberão qualquer alteração no Senado.

CAE debate com Serra a política de importação de medicamentos genéricos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) recebe hoje, às 11h30, o ministro da Saúde, José Serra, para explicar, em audiência pública, a política do governo em relação à importação de medicamentos genéricos. A audiência pública foi requerida pelo presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Antes da audiência com o ministro da Saúde, a CAE deve votar uma pauta de 13 itens, entre os quais o projeto de resolução do senador Roberto Freire (PPS-PE) que suspende, por um ano, o pagamento do serviço da dívida de Pernambuco e de Alagoas. Freire justifica o projeto lembrando o prejuízo sofrido pelos dois estados com as enchentes de julho deste ano. O relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), é favorável à aprovação.

– A situação emergencial que aflige diversos municípios dos estados de Pernambuco e de Alagoas requer um efetivo apoio do se-



José Serra comparece à CAE a pedido do presidente da comissão, Ney Suassuna

tor público para a reconstrução de moradias, estradas e concessão de créditos aos empresários e agricultores que perderam tudo em consequência das enchentes – afirma o senador Roberto Freire.

Na mesma reunião, a CAE vota pedido do governo federal de empréstimo de US\$ 19,12 milhões para financiamento parcial do programa de modernização e expansão da educação profissional. Constam da pauta ainda mais dois pedidos de empréstimo de US\$ 375

milhões, destinados à compra e modernização de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB).

A Comissão de Assuntos Econômicos deve também votar o projeto que isenta temporariamente do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os transportadores autônomos que compram caminhões para transporte de mercadorias e cargas. Para o autor do projeto, senador Moreira Mendes (PFL-RO), a isenção é justa e visa dar o mesmo tratamento conferido há mais de dez anos aos motoristas de táxi. O relator, senador Wellington Roberto (PMDB-PB), é favorável ao projeto.

A comissão aprecia ainda pedido de empréstimo no valor de R\$ 222,82 milhões destinado ao financiamento do programa de expansão e recuperação do Metrô do Rio de Janeiro e o que concede tratamento especial às operações de crédito realizadas por autarquias prestadoras de serviços de saneamento.

CI inaugura galeria de ex-presidentes com palestra sobre energia

A galeria dos ex-presidentes da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura será inaugurada hoje. Conforme a atual presidente, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), são esperados para a cerimônia os presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer.

Também foram convidados os ministros de Minas e Energia,

Rodolpho Tourinho, que fará palestra sobre os desafios no setor elétrico; dos Transportes, Eliseu Padilha; das Comunicações, Pimenta da Veiga, e do Meio Ambiente, Sarney Filho.

A senadora acrescentou que espera contar com as presenças de todos os diretores das agências reguladoras. A cerimônia está marcada para as 18h.



Emilia, presidente da Comissão de Infra-Estrutura, espera a presença de autoridades na inauguração

CRE sabatina hoje quatro indicados para embaixadas

As indicações feitas pelo presidente da República de quatro embaixadores para as representações brasileiras na África do Sul, na Ucrânia, na Islândia e em Malta serão analisadas hoje, a partir das 17h30, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Também será votado o encaminhamento dos nomes que integrarão o Grupo Parlamentar Canadá-Brasil.

Os embaixadores indicados são ministros do quadro permanente do Itamaraty e sua aprovação pela CRE depende da sabatina a que serão submetidos; se confirmados, ainda precisarão ser aprovados pelo Plenário do Senado. A votação se dará em sessão secreta. Jório Salgado Gama Filho foi indicado para exercer o cargo na África do Sul; Hélder Martins de Moraes, para a Ucrânia; Luiz Antônio Jardim Gagliardi, para a Islândia; e Oto Agripino Maia, para Malta.



Pedro Piva é relator do projeto sobre armas de fogo, que volta à pauta da CRE

Volta à pauta da CRE o parecer do senador Pedro Piva (PSDB-SP) sobre três projetos de lei que prevêem a restrição da fabricação, do comércio e do uso de armas de fogo no país. A matéria tramita no Senado desde janeiro, mas a falta de acordo entre os autores dos projetos, o relator e os integrantes da CRE vem adiando sua votação.

Comissão inicia o debate dos relatórios setoriais do Orçamento

Documentos que tratam das áreas de Previdência e Assistência Social e de Poderes do Estado e Representação entram na pauta hoje

A Comissão Mista de Orçamento começa a discutir hoje, a partir das 10h, os dois primeiros relatórios setoriais dos dez em que foi dividido o projeto orçamentário. Trata-se das áreas de Previdência e Assistência Social e Poderes do Estado e Representação, a cargo dos deputados Almir Sá (PMDB-RR) e José Carlos Elias (PTB-ES).

Os gastos com a Previdência e Assistência Social terão um aumento de verbas substancial em 2001, comparando-se com o previsto para este ano. O setor receberá R\$ 18,6 bilhões no ano que vem, contra R\$ 13,7 bilhões neste ano. Já a área Poderes do Estado e Representação, que inclui Congresso, Justiça Federal, Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores e Ministério Público da União, receberá uma verba que acompanha os índices inflacionários, passando de R\$ 13,1 bilhões para R\$ 14,2 bilhões.

Na mesma reunião, a Comissão de Orçamento quer votar cinco novos pedidos de créditos suplementares, o maior deles para o



A Comissão de Orçamento deve votar também cinco pedidos de créditos suplementares

Ministério da Defesa, no valor de R\$ 300 milhões. Se aprovados, eles deverão entrar na votação do Congresso, à noite. Estará ainda em debate na comissão um requerimento do deputado João Cósier (PT-ES), destinado a convocar o ministro da Fazenda, Pedro Malan, para explicar um crédito adicional para o Banespa, que já foi privatizado.

Consta ainda da pauta da comissão um requerimento, também do deputado João Cósier, destinado a retirar da lista de votação um relatório sobre obras do projeto de irrigação Tabulei-

ro de Russas, no Nordeste, uma das obras com verbas retidas até que sejam investigadas irregularidades. Cósier defende uma inspeção direta por parlamentares na obra, em 90 dias.

Outro assunto a ser debatido pela comissão é o seu cronograma para os próximos dias. O presidente do órgão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), pretende colocar o projeto orçamentário em votação ainda neste ano, até o dia 22. Muitos parlamentares discordam desta posição, argumentando que não há tempo hábil para isso.

Amir Lando: relatório não sai até o dia 22

O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), afirmou ontem, em entrevista à imprensa, que não tem condições técnicas de apresentar seu relatório final até o dia 22 próximo, uma sexta-feira, como têm manifestado lideranças do governo no Congresso. "Num esforço enorme, eu poderia apresentar o documento entre o Natal e o Ano-Novo, no dia 28 de dezembro. Resta saber se os deputados e os senadores estarão em Brasília para votar o projeto", observou.

— Não vou assinar um relatório final no escuro. Se houver algum erro ou omissão, a culpa depois será do relator-geral, dos relatores setoriais e de toda a Comissão de Orçamento. Estamos dispostos a continuar em Brasília entre o Natal e o Ano-Novo para a votação final — sustentou Amir Lando.

O atraso na tramitação do projeto orçamentário foi provocado

por dois fatos, conforme o senador: a longa discussão em torno das fontes de financiamento do salário mínimo e as eleições municipais, que levaram os deputados e os senadores às suas bases eleitorais por vários dias. As fontes do salário mínimo só foram definidas mesmo na semana passada, quando a Câmara aprovou os três projetos de combate aos senegadores, parte do acordo para



Amir Lando afirma que, com esforço, relatório pode ser apresentado em 28 de dezembro

aumentar o salário mínimo.

Amir Lando disse ainda que não pretende incluir em seu relatório final verbas para bancar o aumento dos militares, como vem sendo noticiado nos últimos dias. "O Executivo pode resolver isso mais tarde, até por medida provisória", explicou.

Sobre a possibilidade de prorrogação para janeiro da votação do projeto orçamentário, durante convocação extraordinária do Congresso, Amir Lando afirmou que o governo não terá "maiores prejuízos", pois o funcionamento básico da máquina administrativa estará garantido, pela chamada liberação de duodécimos do orçamento original enviado pelo Executivo ao Congresso. Só não será possível liberar dinheiro para obras, mas, na opinião do relator-geral, o governo federal raramente libera verbas para andamento de obras em janeiro.

CAS examina renda mínima para famílias afetadas pela seca

Em reunião marcada para amanhã, às 9h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai apreciar projeto de lei do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) que institui programa especial de renda mínima destinado às famílias que moram em regiões afetadas pela seca. O relator, senador Luiz Pontes (PSDB-CE), apresentou substitutivo favorável à matéria, que, depois de aprovado parecer da CAS, deve ser analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em caráter terminativo.

O projeto de Ronaldo Cunha Lima transforma o programa emergencial de frentes produtivas, criado por lei federal, em programa especial de renda mínima, de caráter permanente. Segundo a proposta, as famílias beneficiadas deverão ter todos os filhos até 14 anos frequentando a escola, além de comprovar que todos os membros da família receberam as vacinas obrigatórias.

O projeto de lei da Câmara que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone também está na pauta da reunião da CAS e tem parecer favorável, com substitutivo, do senador Sebastião Rocha (PDT-AP). A proposta, do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) e da ex-deputada Cidinha Campos, determina que os pacientes submetidos a cirurgias que envolvam implantes de silicone sejam informados dos riscos da operação. Depois de realizadas audiências públicas



Ronaldo quer transformar frentes produtivas em programa de renda mínima, de caráter permanente

para instruir a matéria, o relator optou por excluir a possibilidade de uso de silicone líquido em cirurgias, com exceção de operações oftalmológicas, como a que corrige descolamento de retina.

Entre os nove itens de sua pauta, a CAS, que é presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), deve apreciar ainda projeto de lei do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) que garante o pagamento do seguro-desemprego aos trabalhadores temporários. Esses trabalhadores são dispensados após a conclusão do plantio ou da colheita de safras agrícolas. O relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), recomenda a aprovação da matéria, em decisão terminativa.

A CAS realiza ainda turno suplementar para aprovação definitiva do substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao projeto de lei que estabelece normas reguladoras do trabalho rural.

CPI do Roubo de Cargas pretende ouvir William Sozza

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o roubo de cargas em todo o país pretende ouvir, ainda nesta semana, o depoimento do empresário William Sozza, preso pela Polícia Federal no último sábado. Ele estava foragido há mais de um ano e é acusado de



Tuma afirma que visita a São Paulo teve objetivo de alcançar receptadores

chefiar uma das maiores quadrilhas de tráfico de drogas e roubo de cargas do Brasil. Sozza já havia sido denunciado pela CPI do Narcotráfico, da Câmara dos Deputados, e foi apontado pelos detentos Jorge Méres e Sálvio Barbosa Vilar como o cérebro da quadrilha que opera a partir de Campinas (SP) e teria ramificações em pelo menos 14 estados brasileiros. Segundo a as-

essoria da CPI do Roubo de Cargas, um ofício deve ser enviado ao Maranhão — onde foi pedida a prisão de Sozza por assassinato — para requerer o depoimento do acusado.

A CPI decretou na última sexta-feira, em São Paulo, a prisão de Celso dos Santos e Jurandir Lino da Silva, investigadores do Departamento de Crimes contra o Patrimônio (Depatri), que teriam mentido durante depoimento aos parlamentares. Os policiais tiveram seu depoimento confrontado com o de Sálvio, que os acusara de envolvimento com o crime organizado. De acordo o senador Romeu Tuma (PFL-SP), a visita a São Paulo teve o objetivo de alcançar os receptadores de carga roubada.

Antonio Carlos inaugura canal aberto da TV Senado

Transmissão em UHF estará disponível inicialmente apenas no Distrito Federal, mas cerca de 500 municípios já manifestaram interesse até agora na instalação das retransmissoras que podem viabilizar o serviço nessas localidades

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, inaugura às 11h de hoje o primeiro canal aberto da TV Senado, o 51, que poderá ser sintonizado no Distrito Federal na faixa de UHF. Cerca de 2 milhões de telespectadores terão acesso às imagens da emissora, sem necessidade de recorrer a canais a cabo ou antenas parabólicas.

Posteriormente, o sinal poderá

ser retransmitido para os mais de 5 mil municípios brasileiros. Com esse objetivo, estão sendo firmados convênios com câmaras municipais e prefeituras para a instalação de retransmissoras. Até agora, cerca de 500 municípios já demonstraram interesse no serviço. Enquanto os convênios não são assinados, a população das demais regiões terá o sinal analógico de satélite como opção

mais econômica para sintonizar a TV Senado. O sinal, captado através de antena parabólica, está disponível desde 19 de novembro.

A inauguração do canal 51 se dará em solenidade a ser realizada na sede do novo transmissor, localizado no quilômetro 0,6 da DF-01 Sul, próximo ao Posto Colorado, acima do Lago Norte. Além de Antonio Carlos, estará presente o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, que irá inaugurar a transmissão em sinal aberto da TV Câmara

para o Distrito Federal, através do canal 27.

A sintonia do canal 51 ocorrerá de forma automática, exceto para os aparelhos muito antigos, que exigirão a instalação de um sintonizador de UHF. O transmissor da TV Senado, que tem potência de 160 quilowatts, oferecerá imagem e som da melhor qualidade, de acordo com os técnicos da TV. Eles apenas observam que, como em toda transmissão por sinal aberto, o resultado final fica sujeito à distância entre o apare-

lho receptor e a torre.

Ao obter do Ministério das Comunicações o sinal aberto para a sua TV, o Senado amplia o acesso dos cidadãos brasileiros às atividades legislativas. O próximo passo será a implantação da Universidade do Legislativo Brasileiro, provavelmente até o final deste ano, conforme previsão do segundo-secretário do Senado e presidente do Conselho de Supervisão do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), senador Carlos Patrocínio (PFL-TO).

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde/Unip — Evolução do parto — 1a parte
6h30 — Cidadania — Sen. Mozarildo Cavalcanti e o Brigadeiro Ércio Braga falam sobre a Amazônia e a soberania nacional
7h30 — Entrevista — Sen. Antero Paes de Barros fala sobre a hidrovía Paraná-Paraguai
8h — Jornal do Senado
8h30 — TV Escola — Uma TV cheia de histórias — Porto Alegre (RS)
9h — Cores do Brasil — Folclore goiano
9h30 — Entrevista — Sen. Nabor Júnior fala sobre a política de preços de remédios
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (ao vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
Comissão de Educação (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Sessão Conjunta do Congresso Nacional (ao vivo)
21h — Jornal do Senado
21h30 — Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)

Comissão de Relações Exteriores (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — A Voz do Brasil
Em seguida — Música e informação
20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado
Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência — 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

"Cidadania" discute ameaça à Amazônia

O programa *Cidadania*, da TV Senado, aborda hoje o tema "A Amazônia e a Soberania Nacional". Os convidados são o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), autor da proposta de uma CPI (comissão parlamentar de inquérito) para investigar as organizações não-governamen-



Mozarildo Cavalcanti debate hoje a soberania do Brasil na Amazônia

tais (ONGs) que atuam na Amazônia, e o brigadeiro Ércio Braga, coordenador nacional do Movimento pela Restituição do Brasil aos Brasileiros. Os convidados entendem que é preciso alertar a sociedade para a atuação de algumas ONGs que, segundo afirmam, estariam atuando como

instrumentos de uma possível intervenção estrangeira na Amazônia. O programa será exibido à 1h e às 6h30, com reprise na sexta-feira, dia 15, às 6h30.

HIDROVIA

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) é o entrevistado da TV Senado de hoje. Ele falará sobre a construção do porto de Morrinhos, no Pantanal do Mato Grosso, e a melhoria e aproveitamento da hidrovía Paraná-Paraguai. A entrevista vai ao ar às 3h30 e às 7h30, com reprise amanhã às 9h30 e às 18h30.

Seminários internos debatem saúde e segurança

O Senado promove nesta semana dois seminários que tratam de saúde do trabalho e segurança pessoal e legislativa. Ontem, começou a I Semana Interna de Engenharia de Segurança, Saúde e Higiene do Trabalho, aberta pelo diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, e pelo diretor de Segurança, Alberto Viana. Hoje, terá início o I Seminário Nacional sobre Segurança Legislativa.

Uma mesa-redonda sobre doenças modernas, realizada no auditório Petrônio Portella, abriu oficialmente as atividades da semana sobre segurança, saúde e higiene do trabalho. As médicas Antoniette Oliveira Blackman (cardiologista), Elizabeth Oliveira Rocha e Silva (pneumologista) e Mônica Maria Bastos Hubinger Tokamia (endocrinologista) discorrerão sobre as causas e consequências de doenças como a hipertensão arterial, diabetes, obesidade e o tabagismo. Só a hipertensão é responsável por mais de 45% das mor-



Agaciél Maia (E) e Alberto Viana (D) abrem a Semana de Segurança, Saúde e Higiene do Trabalho

tes no país, provocando infartos e derrames, revelou Blackman, utilizando dados de 1995.

As demais palestras da semana serão apresentadas em sala da Ala Alexandre Costa, com atividades pela manhã e à tarde, envolvendo temas como a segurança no trabalho, importância e atuação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) e das brigadas de incêndio, além de questões como ergonomia e risco auditivo, venenos nos ambientes, dependência química, doenças gastrointestinais e estresse. As relações humanas no trabalho também serão tema de palestra, a cargo de Anna Carolina

Daltro Sampaio, doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Bahia.

O seminário nacional sobre segurança legislativa começa a partir das 9h, com uma palestra sobre "os efeitos da globalização e a segurança legislativa". Todas as conferências e debates serão realizadas no auditório Petrônio Portella, do Senado, até o próximo dia

14, com atividades pela manhã e à tarde. Entre as questões em discussão, destaque para temas como a segurança das informações e a inteligência competitiva; rastreamento de pessoal, veículos e cargas; segurança nas comunicações e riscos na segurança de personalidades.

A I Semana Interna de Engenharia de Segurança, Saúde e Higiene do Trabalho é uma iniciativa da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, enquanto o seminário de segurança legislativa é uma promoção da Subsecretaria de Segurança Legislativa do Senado, com apoio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).



Para José Jorge, a história de Ermírio é a "mais impressionante do capitalismo brasileiro"

José Jorge lembra centenário de nascimento de José Ermírio

O senador José Jorge (PFL-PE) prestou ontem uma homenagem ao ex-senador José Ermírio de Moraes, no centenário do seu nascimento. Ele relembrou a trajetória de José Ermírio, como empresário, filantropo, ex-ministro e ex-senador, com ênfase para o papel que desempenhou na história da indústria brasileira no século 20.

José Jorge lembrou que José Ermírio, nascido em Pernambuco em 1900, assumiu a diretoria da Votorantim em 1925, a partir de quando, segundo o senador, "assiste-se à mais impressionante história do capitalismo brasileiro".

Ele assinalou que José Ermírio transformou a tecelagem em gigante complexo industrial, de capital totalmente nacional. Dois anos após sua morte, em 1973, o grupo Votorantim espalhava-se pelos ramos da indústria química, siderúrgica, metalúrgica, petroquímica, açucareira, têxtil, de metais não-ferrosos, de cimento, de papel e celulose, congregando 46 empresas e 33 mil trabalhadores, em vários estados.

Na política, disse José Jorge, o empresário assumiu uma visão nacionalista dos problemas brasileiros. José Ermírio participou da Revolução Constitucionalista de São Paulo, fez campanha presidencial, em 1960, para Jânio Quadros, e foi presidente da Companhia Paulista de Estrada de Ferro no governo paulista de Carvalho Pinto. Em 1962, foi eleito senador por Pernambuco na legenda PTN, em coligação com o PTB, apoiou a campanha de Miguel Arraes e foi ministro da Agricultura no governo João Goulart. Segundo o parlamentar, com a eclosão do movimento militar em 1964, José Ermírio passou a correr risco de cassação e, com o bipartidarismo, filiou-se ao MDB.

Arruda destaca atuação da ONG japonesa Soka Gakkai

Entidade, criada para promover a paz mundial, está presente em 163 países e é responsável pelo Centro de Pesquisas Ecológicas da Amazônia

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) elogiou a atuação da organização não-governamental japonesa Soka Gakkai, que completou 70 anos de existência. A associação tem como objetivo promover a paz mundial e o respeito ao ser humano, ideal que pretende atingir com atividades culturais e educacionais. Desde os anos 60, a Soka Gakkai, que é filiada à Organização das Nações Unidas (ONU), está no Brasil, onde desenvolve trabalhos nas áreas de meio ambiente, artes e educação.

Arruda informou que a entidade, presidida por Daisaku Ikeda, está presente em 163 países, com mais de 10 milhões de filiados. Entre as iniciativas da ONG, está o Centro de Pesquisas Ecológicas da Amazônia (Cepeam), órgão que desenvolve estudos sobre o ecossistema



José Roberto Arruda elogiou o trabalho de alfabetização realizado pela entidade

da região e incentiva o desenvolvimento sustentável. Instalado em uma área de 55 hectares, recebeu do Ibama o título de Reserva Parti-

cular do Patrimônio Natural.

Os projetos culturais desenvolvidos no Brasil pela Soka Gakkai contemplam criação de corais, bandas, grupos musicais e de dança e uma orquestra filarmônica, informou Arruda. A ONG ensina adolescentes a partir dos 12 anos a tocar instrumentos musicais. O senador elogiou ainda o trabalho de alfabetização de jovens e adultos realizado pela organização. A proposta é ensinar aos adultos analfabetos o básico do ensino fundamental em 40 horas. "Para cada aluno, há um monitor do lado. O acompanhamento individual faz a diferença", afirmou.

Em aparte, Júlio Eduardo (PV-AC) também elogiou a atuação da ONG e disse considerar importante e efetiva a atuação da Soka Gakkai na Amazônia.



Segundo Álvaro Dias, a venda do Banestado e do Banespa não resultou nos lucros "alardeados"

Álvaro Dias teme que o Paraná perca o controle da Copel

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) fez um alerta em plenário, ontem, para a provável entrega do controle da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) ao Itaú.

De acordo com o senador, a mais rentável companhia energética do país corre o risco de ser privatizada, porque o Banco do Estado do Paraná (Banestado), recentemente comprado pelo Itaú, detém 30% de suas ações. O governo do estado tem até o final do ano para resgatar os títulos, mas Álvaro acredita que não o fará por falta de recursos. Se não honrar o compromisso, o Paraná perde o controle acionário da companhia.

Segundo o senador, o governo Jaime Lerner prometeu pagar R\$ 415 milhões ao comprador do Banestado, correspondentes aos "famosos títulos precatórios", que chegaram a ser alvo de uma CPI e haviam sido adquiridos pelo banco. Em garantia, foram dadas as ações da Copel.

— Esse é um processo de privatização que provoca uma espécie de ação maléfica em cadeia, um desastre dentro do desastre — afirmou, lembrando que a Copel integra geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além de contar com 18 usinas em operação, que totalizam 4,5 mil megawatts, 6,5 mil km de linhas de transmissão e 150 mil km de linhas de distribuição.

Álvaro Dias, autor de projeto que instituiu plebiscito para decidir sobre vendas de estatais em áreas essenciais, sugere que o Senado imponha limites e condições aos processos de privatização. Ele criticou as vendas do Banestado e do Banespa e disse que o "ágio espetacular" verificado na venda do Banestado e do Banespa "não representou lucro nenhum, ao contrário do que foi alardeado".

Lauro diz que política econômica do país expressa os interesses das nações ricas

Em balanço dos rumos do país desde o lançamento do Plano Real, o senador Lauro Campos (PT-DF) concluiu que o Brasil manteve-se onde sempre esteve — ou seja, na periferia — sem recolher vantagens das relações internacionais. Para ele, a política econômica brasileira "só fez repercutir internamente os interesses dos países ricos".

Assim, completou, num primeiro momento, o Plano Real sobrevalorizou a moeda nacional, reduzindo a inflação interna à custa da destruição da produção e do emprego e do crescimento exponencial da dívida externa. A fórmula, chamada pelo senador de "mágica de Gustavo Franco", só se sustentou enquanto foi possível aumentar o endividamento externo. O resultado, contabilizou, foi que a dívida externa saltou de US\$ 148,3 bilhões em 1994 para US\$ 243,2 bilhões em 1998.

Segundo Lauro Campos, o surto importador brasileiro e os déficits comerciais dele decorrentes não tiveram o mesmo significado dos déficits registrados nos países ricos. Nestes, "o déficit comercial é a expressão do poder de

sua moeda, de seus exércitos, de sua capacidade de espoliação e exploração da periferia". Já em países periféricos como o Brasil, as importações impõem aumento da dívida externa, explicou.

O esgotamento da fórmula inicial explodiu na maxidesvalorização da moeda ocorrida no início do ano passado e, agora, a palavra de ordem passou a ser "exportar é o que importa", continuou. O que se esconde, na opinião de Lauro Campos, é que um país empenhado em aumentar seus saldos comerciais reduz os bens consumidos internamente e aumenta a base monetária, pressionando a inflação e aumentando a dívida pública, já que é preciso cobrir com reais os dólares acumulados com as exportações.

Ou aumenta a dívida pública ou a inflação dispara, resume o senador. "Para evitar que a inflação dispare, a dívida líquida total do setor público se elevou de R\$ 152,4 bilhões em dezembro de 1994 para R\$ 516,6 bilhões em dezembro de 1999".

Esses números, analisa Lauro Campos, mostram que, a partir de certo montante de importações, "uma nação percebe que está se em-



Lauro Campos analisou as causas da elevação da dívida pública interna e externa

pobrecendo, transferindo riqueza real para o exterior".

Foi o que os mercantilistas ingleses perceberam entre 1565 e 1566, relatou, aprovando assim uma lei proibindo a exportação de ovelhas vivas. A infração à lei redundaria em confisco da propriedade, um ano de prisão e decação da mão esquerda. "Se os presidentes do Brasil, do Banco Central e os tecnocratas exportadores de nossas riquezas não fossem americanos de dupla nacionalidade, estariam todos com suas mãos esquerdas cortadas", concluiu.

Ademir apresenta projeto para enfrentar grilagem

Senador diz que o registro de imóveis no Brasil hoje não oferece garantia plena e compete ao poder público buscar essa segurança

Preocupado com denúncias de grilagem de terras em estados como Pará, Amazonas, Acre, Paraná, Rondônia e Maranhão, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou projeto de lei com o objetivo de mudar a lei de registro de imóveis para diminuir as fraudes e falsificações de títulos de terra. Na opinião do senador, é preciso regularizar a situação fundiária brasileira, fixando o homem no campo – o último censo do IBGE indicou que 82% da população brasileira vive nos centros urbanos.

Ademir Andrade disse que, apesar da grande quantidade de latifúndios no país, o governo tem dificuldade de atender reivindicações de brasileiros por terra.

Para enfrentar o problema da grilagem, ele propõe em seu projeto que a Lei de Registros Públicos passe a permitir que os próprios cartórios cancelem registros nulos. Assim, os ór-



Para Ademir Andrade, é preciso regularizar a situação fundiária brasileira, fixando o homem no campo

gãos fundiários poderiam solicitar diretamente aos cartórios o cancelamento de registros, dando caráter administrativo à medida, em vez de judicial, como ocorre na atual legislação. Havendo indícios de falsificação, o registro poderá ser impugnado pelo Ministério Público, por órgãos fundiários ou por qualquer pessoa que demonstre interesse jurídico.

Além disso, se for aprovado o projeto, será exigido que os cartórios consultem os órgãos

fundiários por ocasião de quaisquer registros de imóveis. De acordo com a proposta de Ademir Andrade, nenhum registro poderá ser feito sem que o respectivo imóvel seja matriculado e cadastrado nos órgãos fundiários do poder público. O projeto pretende formar um cadastro único de registros imobiliários. Na opinião do senador, o registro de imóveis no Brasil hoje não oferece garantia plena e compete ao poder público buscar essa segurança.

Júlio cobra segurança para governador do Acre

O senador Júlio Eduardo (PV-AC) conclamou o governo federal a tomar providências imediatas para defender a segurança do governador do Acre, Jorge Viana, ameaçado de morte. Ele divulgou os termos do manifesto assinado por 25 organizações da sociedade civil que, ao relembrar o assassinato do governador eleito do Acre, Edmundo Pinto, em 1992, afirma haver sérias possibilidades de as ameaças se concretizarem.

Júlio Eduardo observou que a gestão Jorge Viana tem se caracterizado pela ênfase no desenvolvimento baseado na exploração sustentável e diversificada dos recursos da floresta e na promoção do bem-estar das populações extrativistas e urbanas. Ele disse, ainda, que essas iniciativas se caracterizam por uma intensa solidariedade entre as pessoas.

Como exemplo dessa filosofia, Júlio Eduardo relatou a iniciativa da Oficina Escola de Lutheria da Amazônia, que produz violões, vi-



Júlio Eduardo divulgou manifesto assinado por 25 organizações sobre as ameaças a Jorge Viana

olas e cavaquinhos, de desencadear uma campanha por doação de madeira, para reativar a Fábrica Fernando Ortiz, em Cuba, uma das melhores fábricas artesanais de instrumentos musicais no mundo. A fábrica, que está fechada por falta de matéria-prima, receberá, em breve, cinco contêineres de madeira certificada, num total de cinco mil metros cúbicos. Em troca, a fábrica cubana assinou convênio de cooperação técnica para melhorar a qualidade dos instrumentos musicais produzidos em Manaus.

Segundo Júlio Eduardo, a ofici-

na será objeto de um plano de expansão, com o apoio do Fundo Brasileiro da Biodiversidade e da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, que envolve a construção de uma sede no bairro Zumbi e a ampliação de sua capacidade de atendimento para 120 alunos de artesanato e 200 alunos de música.

– A iniciativa é de especial cunho social, porque se desenvolve na zona leste de Manaus, onde 60% da população é constituída de cidadãos desempregados ou em atividades de desemprego – concluiu.

Jucá elogia aprovação de empréstimo destinado ao Sivam

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) comemorou ontem o acerto do Senado ao aprovar a contratação de empréstimo externo no valor de US\$ 1,5 bilhão para a implementação do Projeto Sivam que, por meio de uma rede de radares e satélites, monitora o meio ambiente, analisa minérios no subsolo, realiza observações meteorológicas e controla o tráfego aéreo na Amazônia. O senador apelou aos ministros da Fazenda, Pedro Malan, do Planejamento, Martus Tavares, e ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para que dêem prioridade ao projeto e mantenham a liberação de recursos nos anos de 2001 e 2002.

Jucá lembrou que o Sivam sofreu duras críticas quando ainda se discutia a aprovação do empréstimo e a escolha do fornecedor dos equi-

pamentos. Ele também destacou a visita, há poucos dias, do presidente Fernando Henrique às instalações do Sivam na Amazônia, e o discurso no qual o presidente lembrou o quanto o projeto foi “caluniado e torpedeado”.

Segundo Jucá, o México, a Venezuela e a Colômbia já manifestaram interesse em se associar e participar do sistema Sivam. “O governo tem demonstrado sensibilidade em relação à região amazônica e o seu desenvolvimento com respeito à ecologia e aos índios”, afirmou.



Jucá destaca a sensibilidade do governo

Hartung aponta crescimento da centro-esquerda na América Latina

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) afirmou ontem que as correntes democráticas e de centro-esquerda cada vez mais se constituem alternativas de poder na América Latina. Ele fez uma análise da situação política no continente, com especial destaque para fatos recentes ocorridos no México, na Argentina, no Chile, no Peru e na Colômbia.

Paulo Hartung observou que as eleições de Chauhtémoc Cárdenas para prefeito da Cidade do México, Marta Suplicy (PT) para prefeita de São Paulo, e Aníbal Ibarra para a prefeitura de Buenos Aires – os maiores centros urbanos da América Latina – confirmam essa tendência de crescimento das forças mais democráticas e progressistas no continente.

O sucesso dessas administrações depende, na avaliação do senador, da capacidade de entendimento da dinâmica da economia e do atendimento dos interesses dos povos latino-americanos por melhores condições de vida.

Com relação ao Brasil, Hartung disse que já há um amplo esforço nacional com o objetivo de criar uma grande aliança política de centro-esquerda visando à sucessão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Para o senador, não basta uma aliança capaz de ganhar as eleições, mas

também de governar o país, sem demagogias e baseada num projeto sólido e consistente de desenvolvimento.

– Todos sabemos que ganhar eleição é relativamente fácil, mas governar é difícil. Além da necessária sustentabilidade política, o ato exige transparência, diálogo, responsabilidade no gasto do dinheiro público e determinação de construir uma sociedade socialmente justa – enfatizou.

Faz parte desse esforço, explicou o senador, a proposta do “Diálogo Nacional”, uma proposta de movimento de centro-esquerda lançada pelo PPS, que elaboraria um projeto de desenvolvimento pactuado em debates e escolheria um candidato, em 2001, por intermédio de prévias para representá-lo nas eleições.

– Não temos pretensão de guiar a América Latina, mas temos a obrigação de acertar, pois o Brasil, pelas dimensões geográficas e de sua economia, é um país de referência, devendo ser o norte de um projeto inovador, calcado na liberdade democrática plena – disse.



Hartung: Brasil é referência na América Latina